

HABEAS CORPUS Nº 478.160 - MG (2018/0297073-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ANTONIO CARLOS SALGADO VEIGA E OUTROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS SALGADO VEIGA E OUTRO(S) -
MG006146
TAISA CORREA SILVA - MG125759
AMANDA COSTA VILELA - MG143544
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WALLISON DA SILVA MARCIANO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WALLISON DA SILVA MARCIANO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 19):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA.

Estando a decisão devidamente fundamentada, e demonstrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em reforma, vez que a prisão cautelar foi realizada nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base na gravidade concreta da conduta criminosa, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública.

As condições pessoais favoráveis do paciente demonstradas, não impedem, por si, a decretação da prisão preventiva, tão pouco conferem ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória.

Impõe-se a aplicação prisão preventiva, uma vez ser medida mais eficiente para garantia da ordem pública.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, argumentando a ausência dos requisitos autorizadores e a desproporcionalidade dessa segregação cautelar, ou, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme o artigo 319, do CPP.

O paciente foi condenado pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela prejudicialidade do *writ* por perda superveniente do objeto.

Na origem, processo n. 0066559-90.2018.8.13.0382, foi prolatada sentença condenatória em 11/12/2018, condenando o paciente à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, conforme informação processual prestada pelo Ministério Público Federal em seu parecer à fl. 69.

É o relatório.

DECIDO.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, argumentando a ausência dos requisitos autorizadores e a desproporcionalidade dessa segregação cautelar, ou, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme o artigo 319, do CPP.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

A sentença condenatória assim dispôs (fl. 80):

*[...].Mantenho, neste momento, a prisão cautelar do acusado, porquanto a lei que disciplina o rito veda de forma expressa a liberdade provisória. Embora exista divergência sobre a matéria, há vários precedentes, tanto do colendo Supremo Tribunal Federal como do egrégio TJMG, no sentido de que a vedação em abstrato não ofende o princípio da presunção de não culpabilidade. Ademais, **também não vislumbro dos autos alteração fática capaz de ensejar a revogação da prisão preventiva decretada por ocasião da prisão em flagrante do acusado.**[...].*

A decisão de prisão, mantida pela sentença, foi assim fundamentada (fl. 16 - com destaques):

[...].Lado outro, também não há dúvidas de que o autuado foi surpreendido em situação de flagrância pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

*Com efeito, depreende-se das peças acostadas aos autos que os agentes da polícia militar, durante operação em locais conhecidos como pontos de tráfico de drogas, deparam-se com o flagrado em atitude suspeita, o que deu ensejo a busca pessoal, sendo localizado **na boca do flagrado, 02 (duas) pedras de substâncias análogas à crack, devidamente embaladas.***

Ato contínuo, os policiais militares realizaram contato com a genitora do flagrado, tendo ela franqueado a entrada dos brigadianos, sendo localizado sobre uma cama 20 (vinte) pedras de

substâncias análogas à crack, 01 (uma) balança de precisão, 01 (um) tablete grande de substância análoga à maconha, R\$ 30,00 (trinta reais) e 01 (um) papelote de substância análoga à cocaína.

Em sede inquisitorial, o flagrado declara às fls. 06, que as substâncias ilícitas são de sua propriedade, e que tinha a finalidade de vender cada pedrinha a R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 15,00 (quinze reais).

Conforme exame preliminar de drogas de abuso às fls. 13-14, tratam-se de 22 (vinte e dois) invólucros de substâncias análogas à cocaína, com massa aferida de 7,95g (sete gramas e noventa e cinco centigramas); 01 (um) invólucro de substância análoga à cocaína, com massa aferida de 0,30g (trinta gramas) e exame preliminar de drogas de abuso às fls. 17, 01 (um) invólucro de substância análoga à maconha, com massa aferida de 183,85g (cento e oitenta e três gramas e oitenta e cinco centigramas).

Diante dos materiais apreendidos e do contexto fático retratado nos presentes autos, forçoso reconhecer, ao menos para fins de prisão cautelar, provisória ou processual, a existência de indícios do envolvimento de Wallison da Silva Marciano com o tráfico de drogas.

Sabe-se que o tráfico de drogas constituiu o pior câncer da sociedade. Não só pelo fato de que condena pobres usuários à desgraça crônica do vício, mas pelo fato de que fomenta a prática de vários outros crimes.

Com efeito, há muito se sabe que o dinheiro do tráfico financia a prática de crimes cuja gravidade apresenta igual envergadura, a exemplo do tráfico de armas e homicídios. Além disso, qualquer um poderá ser submetido a atos de violência por parte do usuário de drogas que, desesperado, já não consegue trabalho e nem trabalhar, remanescendo a prática da infração penal como alternativa para auferir dinheiro e custear o vício.

Tudo isso, a meu sentir, abala a ordem pública, deixando a sociedade vulnerável, legitimando, em consequência, a prisão de quem é surpreendido praticando o tráfico de drogas.

Entrementes, registro que as medidas cautelares diversas da prisão, trazidas pela Lei 12.403/2011, não se mostram suficientes. Nenhuma delas se mostra capaz de impedir que continue a traficar drogas.

Outrossim, destaque-se ainda que a manutenção e administração de estabelecimentos prisionais não se encontram afetas à atividade jurisdicional deste Magistrado, sendo certo que incumbe ao Poder Executivo, através da Secretaria de Administração Prisional, propiciar cumprimento das medidas judiciais. a estrutura adequada ao cumprimento das medidas judiciais.[...].

Como já adiantado no exame da liminar, consta da decisão de prisão narrativa fática que aponta a gravidade concreta da conduta criminosa, em face da quantidade de droga apreendida, bem como da apreensão de uma balança de precisão, apetrecho relacionado ao tráfico.

Destacou-se ainda que *o flagrado declara às fls. 06, que as substâncias ilícitas são de sua propriedade, e que tinha a finalidade de vender cada pedrinha a R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 15,00 (quinze reais).*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Contudo, ao analisar as circunstâncias do caso, verifica-se que, embora o decreto prisional indique fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a quantidade de droga apreendida não se revela expressiva, tendo vista a apreensão de 8,25 gramas de cocaína e 183,85 gramas de maconha, bem como o paciente é primário e foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

Assim, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando a acusada ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente WALLISON DA SILVA MARCIANO, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de

domicílio sem prévia autorização judicial, e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

